

IBGE			BLOCO 01			RESPONSÁVEL PELA COLETA				
Instituto Brasileiro de Geogra	afia e Estatística		1-Nome do respo	onsável pe	ela co	leta:				
	A DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS - 2012				Ш					
SUPLEN	IENTO DE		2-SIAPE:		3-D	uata de início da coleta: 4-Data do término da coleta:				
ASSISTÉ	ÈNCIA SOCIAL				Ш					
BLOCO 02	2		IDENTIFICA	ÇÃO DO) ES	STADO				
1 - UF: 2	- Nome da unidade da federação:									
PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO 1 - As definições e esclarecimentos de itens ou expressões em alguns quesitos constam no próprio questionário. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos com o Técnico do IBGE responsável pela coleta das informações. 2 - O questionário deve ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, em letra de forma, maiúscula e legível.										
3 - Somente ι extenso.	3 - Somente utilize abreviaturas nos casos em que os campos disponíveis nos quesitos não sejam suficientes para o preenchimento por									
	s numéricos devem ser preenchidos o - Da direita para a esquerda.	da	seguinte maneir	a:						

- 5 Em alguns quesitos, existem instruções que determinam uma sequência e que se apresentam na forma de comandos ou setas, indicando de acordo com o item assinalado, o próximo quesito a ser preenchido.
- 6 As observações devem ser registradas na última página do questionário.

- Com 0 (zero) quando a quantidade informada no quesito for nula.

Exemplo:

Exemplo:

7 -Todas as informações devem referir-se ao ano de 2012, exceto aquelas com datas referidas no próprio quesito.

BLOCO 03			ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	(Continua)						
1 - 0 6	- O órgão gestor da Assistência Social caracteriza-se como:									
1	Secretaria estadual exclusiva (passe para o quesito 3)									
	O órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associado, nem subordinado à outra política setorial.									
2	Secretar	ia estadual em conjunto com outras po	líticas setoriais							
	O órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social bem como de outras políticas, tais como trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras.									
3	Fundação pública (passe para o quesito 3)									
	indireta executiv	, com personalidade jurídica, vinculada	gão da administração indireta do estado. As fundações públic s ao poder público. São criadas por meio de lei específica e r tonomia administrativa, patrimônio próprio e funcionamento c a de prestação de serviço.	egulamentadas por decreto do						
4	Setor su	bordinado diretamente à chefia do Exe	cutivo (passe para o quesito 3)							
O órgão gestor da assistência social encontra-se diretamente subordinado à chefia do executivo, governo, não se constituindo em un cretaria autônoma.										
5	Setor su	bordinado a outra secretaria								
		o gestor da assistência social compõe ibsecretaria, ou Departamento, etc.	de forma subordinada a estrutura organizacional de outra Sec	eretaria, sendo, por exemplo,						



BLOCO 03	ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (Conclusão)							
2 - A que secreta	ria ou setor a assistência social está associada ou subordinada? (admite múltipla marcação)							
2.1 Educaçã	io 2.2 Planejamento 2.3 Saúde 2.4 Habitação							
2.5 Seguran	ıça alimentar 2.6 Trabalho 2.7 Direitos humanos							
2.8 Outra	2.8.1 Especifique:							
3 - Nome do órgá	ão gestor da assistência social:							
4 - Endereço:								
5 - Número:	6 - Complemento: 7 - Bairro:							
8 - CEP:	9 - Telefone: 10 - Ramal:							
11 - Fax:	12 - O órgão gestor da assistência social possui e-mail / endereço eletrônico ?							
	1 Sim 2 Não (passe para o quesito 14)							
13 - E-mail/endereço eletrônico do órgão gestor da assistência social :								
14 - O órgão ges	tor da assistência social possui página na internet? 1 Sim 2 Não (passe para o quesito 16)							
15 - Endereço da	página na internet do órgão gestor da assistência social :							
16 - Nome do res	ponsável pelo órgão gestor:							
17 - E-mail do res	sponsável:							
	ponsável pela informação é a responsável pelo órgão gestor? 19 - Telefone do responsável pela informação:							
1 Sim (p	asse para o quesito 23) 2 Não							
20 - Nome do res	ponsável pela informação:							
21 - Cargo do res	ponsável pela informação:							
22 - E-mail do re	sponsável pela informação: 23 - Assinatura do responsável pela informação:							



BLOCO 04	PERFIL DO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL									
1 - Sexo do titular do	órgão gestor da assist	ência social: 1	Masculino 2	Feminino	2 - Idade:	anos				
3 - Escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social:										
1 Ensino fundamental (1º Grau) incompleto (passe para o quesito 5) 2 Ensino fundamental (1º Grau) completo (passe para o quesito 5)										
3 Ensino médio (2º Grau) incompleto (passe para o quesito 5) 4 Ensino médio (2º Grau) completo (passe para o quesito 5)										
5 Ensino superior incompleto (passe para o quesito 5) 6 Ensino superior completo										
7 Especialização 8 Mestrado ou Doutorado										
4 - Qual a formação	de nível superior do ge	estor da assistência so	cial:							
1 Assistente social	2 Terapeuta ocupacional	3 Psicólogo	4 Médico	5 Enfermeiro	6 Pedagogo	7 Sociólogo				
8 Advogado	9 Jornalista	10 Nutricionista	11 Administrador	12 Economista	13 Contabilis	a 14 Outros				
5 - O titular do órgão	gestor é a Primeira Da	ma do estado? 1	Sim 2 Ná	ão						
DI 000 05				NOO						
BLOCO 05			ECURSOS HUMA			(Continua)				
1 - Registre a quantio	lade de pessoas ocupa	idas na área de assisté	ência social conforme	discriminação abaixo:						
	servidores regidos pelo	-		· (CLT)						
	pregados públicos reg ados são os ocupante:				omo vínculo somente o	o cargo comissionado				
que exercem.		_		_						
· ·	ssoa que não frequento					amente, dentre outros.				
	· l (1º Grau) para a pess	·				s a 1ª série.				
Ensino médio, supe	rior e pós-graduação	deverão ser considera	idos sempre concluído	os.						
Escolaridade	1 Sem instrução	2 Ensino fundamental	3 Ensino médio (2º grau)	4 Ensino superior	5 Pós-graduação	6 Total por linha				
Vínculo		(1º Grau)	, , ,	·						
1 Estatutários	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6				
			2.3	2.4	2.5	2.6				
2 Celetistas	2.1	2.2	2.5	2.4	2.5	2.0				
	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6				
3 Somente comissionados		J.Z 								
		4.2	4.3			4.6				
4 Estagiários										
5 Sem vínculo	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6				
permanente										
6 Total por coluna	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6				
o rotal por coluna										



BLOCO 0	5	RECURSOS H	HUMANOS	(Conclusão)						
2 - O estado r	ealizou concurso público para con	tratação de pessoal na área de as	sistência social nos últimos 24 m	eses?						
	1 Sim 2 Não (passe para o Bloco 06)									
1	1 OIIII Z IVao (passe para o bioco voj									
3 - Para quais	B - Para quais níveis de funções foram ofertadas vagas e quantas foram ofertadas e preenchidas? (admite múltipla marcação)									
	Níveis de funções	Vagas ofertadas	Vagas preenchidas							
	3.1 Nível fundamental	3.1.1	3.1.2							
	3.2 Nível médio	3.2.1	3.2.2							
	3.3 Nível superior	3.3.1	3.3.2							
	3.4 - TOTAL	3.4.1	3.4.2							
	4 - Nos editais do concurso público para contratação de pessoal na área de assistência social nos últimos 24 meses houve reserva de vaga para pessoas com deficiência?									
	1 Sim	Não (passe para o Bl	000 06)							
5 - Para quais	s níveis de funções foram ofertada	s vagas e quantas foram ofertadas	s e preenchidas? (admite múltipla	a marcação)						
	Níveis de funções	Vagas ofertadas	Vagas preenchidas							
	5.1 Nível fundamental	5.1.1	5.1.2							
	5.2 Nível médio	5.2.1	5.2.2							
	5.3 Nível superior	5.3.1	5.3.2							
	5.4 - TOTAL	5.4.1	5.4.2							
BLOCO 0	6	ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR (Continua)								
1 - Indique, d		ídas como subdivisões administrat	tivas (departamentos, coordenaçõ	es, gerências, etc) na estrutura do						

Sim, na estrutura formal do órgão gestor - refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congênere que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, de maneira informal - refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Área	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
1.1 - Proteção Social Básica	1	2	3
1.2 - Proteção Social Especial	1	2	3
1.3 - Gestão Financeira e Orçamentária	1	2	3
1.4 - Gestão de Programas de Transferência Condicionada de Renda (Bolsa Família e/ou outros)	1	2	3
1.5 - Gestão de Benefícios Assistenciais (Benefícios de Prestação Continuada, Benefícios Eventuais e outros)	1	2	3
1.6 - Gestão do SUAS	1	2	3
1.7 - Gestão do Trabalho	1	2	3
1.8 - Vigilância Social	1	2	3
1.9 - Monitoramento e Avaliação (incluindo gerenciamento de cadastros sociais ou sistemas de informação)	1	2	3



BLOCO 06		ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR (Continua)							
	or utiliza sistema de informação de dado r a política de assistência social no esta		Não (pass	e para o Bloco 07)					
3 - O(s) sistema(s	s) permite(m)? (admite múltipla marca	ação)							
3.1 Regist	trar repasses de cofinanciamento aos m	nunicípios	3.2 Regi	strar repasses de recursos para entidades					
3.3 Regist	trar prestação de contas das entidades		3.4 Regi	strar execução física/atendimentos					
3.5 Regist	trar unidades da rede socioassistencial	pública	3.6 Regi	strar unidades da rede socioassistencial privada					
3.7 Cadas	strar beneficiários de programas socioas	ssistenciais	3.8 Cada	astrar usuários de serviços socioassistenciais					
3.9 Monito	3.9 Monitorar a implementação e execução de serviços e programas socioassistenciais								
3.10 Regist	trar encaminhamento do atendimento do	e beneficiários/usuários na red	e socioassisten	cial					
3.11 Regist	trar atendimento(s) ao(s) cidadão(s) rela	ativo à política de assistência s	ocial						
3.12 Regist	trar dúvidas, sugestões, reclamações e	denúncias	3.13 Outr	os					
BLOCO 07		INSTRUMENTOS DE	GESTÃO	(Continua)					
	dual de Assistência Social está:								
1 Aprovado 2 Em fase de elaboração 3 Não possui plano									
2 - A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do estado está: Comissão Intergestores Bipartite é o espaço de articulação entre gestores da política de assistência social, com a finalidade de assegurar a pactuação entre estado e municípios.									
1 Implantada 2 Em fase de implantação 3 Não possui CIB (passe para o quesito 14)									
3 - A comissão fo	oi criada por: 2 Decreto 3 Portaria	4 Resolução 5 Ou		da publicação do ins- ento que criou a CIB:					
5 - A CIB está vin	nculada oficialmente ao órgão gestor da	assistência social? 1	Sim 2	Não (passe para o quesito 7)					
6 - A vinculação s	se deu por meio de: 2 Decreto 3 Portaria	4 Resolução 5 Ou	7 - A CIE	3 possui regimento interno? Sim 2 Não (passe para o quesito 9)					
Ougle one de	Vitimo etualização de regimente intern			9 - A CIB possui secretaria técnica?					
	a última atualização do regimento intern nha realizado nenhuma atualização ir			1 Sim 2 Não					
	os representantes dos municípios? ário de Estado de Assistência Social ou	ı congênere							
2 Outro —	▶ 10.1 Especifique:								
11 - Com que fre	quência a CIB realiza suas reuniões?								
1 Quinzenal	Imente 2 Mensalmente 3	Bimestralmente 4 T	rimestralmente	5 Semestralmente 6 Anualmente					
12 - As pactuaçõ	es da CIB são publicadas? 1 No I	Diário Oficial 2 Em out	tra forma de pub	licação 3 Não são publicadas					
13 - As pactuaçã	ioes da CIB são apreciadas e ou deliber	radas pelo Conselho Estadual	de Assistência S	Social? 1 Sim 2 Não					
14 - A Política de	Assistência Social do estado adota des	senho de regionalização dos m	nunicípios ? 1	Sim 2 Não (passe para o quesito 18)					
chamadas d Segundo a l porque não tam serviços	de regiões. Cada região se diferencia da NOB SUAS/2005 algumas ações e serv possuem em seu território condições de	as outras por apresentar partici viços da Assistência Social não e oferecer serviços de alta e m ue garantem o atendimento da	ularidades própr podem ser estr édia complexida	ecidos, em áreas menores que passam a ser ias. uturados apenas na escala dos municípios, ou ade, ou porque existem municípios que apresen- e de municípios vizinhos. Desta forma, a coope-					



BLOC	O 07					INS	ΓRUM	ENTO	S DE C	SES	TÃO							(Continua)
15 - O desenho de regionalização adotado:																		
	serviços	la área de ass de proteção so																
		m a divisão a de proteção so														cial, pa	ara orga	anização
	Coincide com o desenho da regionalização da política de saúde - as regiões definidas na regionalização adotada pela assistência social, para organização da oferta dos serviços de proteção social, são as mesmas da área de saúde.																	
1	É esp	ecífico da área	de assis	tência sod	cial				2		Coincid	de com	a div	isão ad	ministra	ativa do	o estad	0
3	Coinc	ide com o dese	enho de r	egionaliza	ıção d	a polític	ca de sa	aúde	4		Outro d	desenho)					
16 - O de	esenho de	e regionalizaçã	o foi pac	tuado na (Comis	são Inte	ergesto	res Bipar	tite?	1	Sim	2	1	Não				
17 - O ór	17 - O órgão gestor possui estruturas administrativas descentralizadas (escritórios regionais ou similares)? 1 Sim 2 Não																	
polít regio	Estruturas administrativas descentralizadas são, via-de-regra, unidades administrativas regionais, definidas por um governo de estado ou por uma política setorial específica, que ao instalar escritórios, ou outro tipo de estrutura administrativa, em regiões predefinidas por meio de desenhos de regionalização, transferem determinadas competências de gestão do governo central para estas unidades e visam entre outras coisas apoiar tecnicamente aos municípios pertencentes àquelas regiões, além de buscar ganhar maior agilidade e eficiência e se aproximar dos cidadãos.																	
18 - O C	onselho E	Estadual de As	sistência	Social est	á:													
1	Impla	antado	2	Em fase d	e imp	antaçã	0	3	Não	poss	sui Cons	selho (p	asse	para c	quesi	to 35)		
19 - O Conselho foi criado por: 1 Lei 2 Decreto 3 Portaria 4 Outro 20 - Ano de publicação do instrumento que criou o Conselho?																		
	21 - O Conselho possui regimento interno? 1 Sim 2 Não 22 - Há previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor da política destinados à manutenção e funcionamento do Conselho? 1 Sim 2 Não																	
		ossui local per seu funcionan		1 5	Sim	2	Não		O Conso (unidade							1	Sim	2 Não
25 - O C	onselho t	em calendário	anual de	reuniões	ordiná	rias est	abeleci	ido? 1	Sin	n 2	2 N	lão						
	n que freq Quinzenalr	uência o Cons mente 2	elho reali Mensal		euniõe 3		árias? estralme	ente	4 Tr	imes	stralmen	ite §	5	Seme	stralme	nte	6	Anualmente
27 - O C	onselho d	lelibera sobre a	as propos	tas anuai	s de o	rçamen	to do e	xecutivo	da área	de a	assistên	icia soci	ial?	1 S	im 2	. N	lão	
28 - O C	onselho f	iscaliza os ser	∕iços, pro	gramas, p	rojeto	s e ben	efícios	socioass	istencia	is do	Sistem	na Único	o de a	Assistê	ncia So	cial?		
1	Sim, a	penas a rede s	ocioassis	stencial pu	ública	do SUA	AS		2	Si	m, aper	nas a re	de s	ocioass	istencia	al conv	rêniada	do SUAS
3	Sim, a	rede socioass	istencial	pública e	conve	niada d	do SUA	S 	4	Nã	ão fisca	liza (pa	sse	para o	quesito	30)		
29 - O C		nantém registro m meio eletrôr				os às fi n meio		ções rea			em amb	ne ne m	neins		4 1	Não		
'	0111, 6	III IIIelo eletroi		2			113100		3					,	-	Nau		
30 - As a	atas e res	oluções do Coi	nselho sã	o publicad	das:	1	No Diár	rio Oficia	2	E	m outra	a forma	de p	ublicaç	ão :	3 1	Não sã	o publicadas
31 - O C	onselho t	em canal de de	núncias?	?		32 - C	Conse	elho man	ŭ							físico		
2		passe para o	auesito :	33)			3		n meio e			2		Não	m meio	IISICO		
		antes da socie			elho si	io:	3	omi, e	m ambo	3 08	1116108	7		1400				
1		m assembléias					a este f	fim		2	Indica	idos pel	lo po	der púb	lico			
3	Uma con	nbinação dos it	ens 1 e 2	2						4	Espec	cificado	s na	Lei de	criação	do Co	nselho	



BLOC	O 07		INST	RUMENTOS DE GESTÃO	(Conclusão)						
34 - Dei	ntre os rep	oresentantes da sociedade civil há no C	Conselho	(admite múltipla marcação)							
34.1 Representantes de Entidades de Assistência Social											
sis	Consideram-se entidades de assistência social aquelas que realizam atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, garantem a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e tem finalidade pública e transparência nas suas ações.										
34.2	34.2 Representantes de usuários ou organização de usuários										
sc	Consideram-se representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da política nacional de assistência social, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos; e organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à política nacional de assistência social.										
34.3	34.3 Representante das organizações ou entidades de trabalhadores do setor										
ra do	Consideram-se todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único da Assistência Social.										
34.4	Nenhur	m dos relacionados acima									
35 - O ó	orgão gest	or da assistência social no estado reali	za acom _l	panhamento da gestão municipal de ass	sistência social? 1 Sim 2 Não						
36 - Qua	ais os inst	rumentos e estratégias adotadas para	o acompa	anhamento da gestão municipal? (admit	te múltipla marcação)						
		NÂO assinalado o ITEM 3	86.6, o qu	uesito 37 fica em branco.							
Assinalado o ITEM 36.6, é obrigatório o preenchimento do quesito 37.											
	36.1 Visitas técnicas periódicas e planejadas 36.2 Visitas técnicas esporádicas										
	36.3	Contatos telefônicos periódicos e pla	nejados	36.4 Contatos	telefônicos esporádicos						
36.5 Sistema de informação próprio 36.6 Sistema de informação desenvolvidos pelo MDS											
		sistemas de informação desenvolvido: tipla marcação)	s pelo MI	OS utilizados pelo estado no acompanha	amento dos municípios?						
3	7.1 P	lano de Ação	37.2	Demonstrativo Sintético da Execução Físico e Financeiro	37.3 CadSUAS						
3.	7.4 B	PC na Escola	37.5	SISJovem	37.6 SISPETI						
3	7.7 N	latriz de Informação Social	37.8	Gerente CRAS	37.9 Gerente CREAS						
37.	.10 G	Gerente Gestão Municipal	37.11	Gerente Rede Privada	Acompanhamento da implantação de serviços						
37	.13	Gerente de indicadores	37.14	Metas desenvolvimento dos CRAS	37.15 Relatório de informações sociais						
37.	.16 C	cadastro Único	37.17	Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família	37.18 Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família						
37.		istema de acompanhamento a freqüência escolar	37.20	Outros							
BLOC	80 O8			CAPACITAÇÃO	(Continua)						
1 - O es	tado tem	Plano Estadual de Capacitação na áre m 2 Está em elaboração (pa			sse para o quesito 5)						
2 - O pla	Sim, ap e pactua		0	Nem apreciado e nem pa							
3 - O pla	ano foi ap	reciado e aprovado no Conselho Estad	ual de As	esistência Social?							
1	Sim, ap	reciado e pactuado 2 Apena									



BLOCO 08			CAPA	CITAÇÃO			(Conclusão)			
4 - O Plano Estad	lual de Capa	citação prevê a oferta de cursos de	capacitaçã	io em que níve	eis e com quai	s responsáveis	? (admite múltipla marcação)			
		Níveis Resp	oonsáveis	União	Estado	Municípios				
		4.1 - Capacitação introdutória		4.1.1	4.1.2	4.1.3				
		4.2 - Cursos de atualização		4.2.1	4.2.2	4.2.3				
		4.3 - Formação técnica de nível ı	médio	4.3.1	4.3.2	4.3.3				
		4.4 - Especialização		4.4.1	4.4.2	4.4.3				
		4.5 - Mestrado profissional		4.5.1	4.5.2	4.5.3				
4.6 Não prevê										
5 - Nos anos de 2010 e/ou 2011 o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para o pessoal ocupado na área de assistência social em quais grupos de temas? (admite múltipla marcação)										
		S, Organização do SUAS e Legisla	ção correla	ta 5.2	Organizaçã	o e Serviços da	a Proteção Social Básica			
5.3 Organi	zação e Ser	viços da Proteção Social Especial		5.4	Gestão e Fi	nanciamento d	o PNAS			
5.5 Contro	le Social			5.6	Outros					
5.7 Não re	alizou/promo	oveu curso de capacitação (passe p	oara o que	sito 7)						
		estado são destinados a quais públ			nla marcação	.				
	elheiros estad			nível superior	,	·	cnicos de nível médio estaduais			
					ootaaaao	Tá	cnicos de nível superior municipais			
	lheiros muni		estores mu				s prefeituras)			
	cos de nível r refeituras)			técnicos das e es de assistêr		6.9 Ou	tros			
7 - É promovida a	disseminaçã	ão do conhecimento produzido no p	rocesso for	rmativo? 1	Sim 2	Não				
8 - Quais as moda	alidades utiliz	zadas no processo formativo? 1	Presen	cial 2	Semipres	encial	3 EAD 4 Outras			
9 - O estado conta	a com um sis	stema para o monitoramento do pro	cesso form	ativo? 1	Sim 2	Não				
10 - O estado con	ta com estud	dos de avaliação da implantação ou	dos efeitos	s produzidos p	elo processo t	formativo? 1	Sim 2 Não			
11 - O processo fo	ormativo gera	a impacto na progressão dos traball	hadores do	SUAS? 1	Sim 2	Não				
12 - Com que Ins	tituições de E	Ensino e Pesquisa o estado estabel	ece parceri	a para a oferta	a dos cursos?	(admite múlti)	ola marcação)			
Instituições o confessional		s são aquelas instituídas por grupos específicas.	de pessoa	s físicas ou po	r uma ou mais	s pessoas juríd	icas que atendem a orientação			
12.1 P	úblicas	12.2 Privadas	12.3 In:	stituições conf	essionais	12.4 E	Escolas de Governo			
12.5 E	scolas própri	ias da assistência social	12.6 O	utras		12.7	Não estabelece parcerias			
13 - Especifique a	até três curso	os que solicitaria ao governo federal	l:							
13.1										
13.2										
13.3										
14 - O estado con	ta com Plano	o de Cargo, Carreira e Salário espe	cífico para	a assistência s	social? 1	Sim 2	Não			

2.10



BLOCO 09 SERVIÇOS E BENEFÍCIOS (Continua) 2 Não (passe para o quesito 4) 1 - O estado executa diretamente serviços socioassistenciais? Sim Considera-se serviço socioassistencial um conjunto de atividades continuadas prestadas em uma unidade física, com localização e abrangência territorial com público definido, capaz de agregar um conjunto de recursos e atenções que produzem provisões e aquisições aos usuários e que guardam entre si uma relação de complementaridade face às finalidades das funções de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial. Como responsabilidade do Estado, os serviços socioassistenciais são regidos por normas técnicas, padrões, metodologias e protocolos referenciados pelo SUAS. 2 - Qual serviço é executado? (admite múltipla marcação) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de po tencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Serviço de Convivência para crianças de 0 a 6 anos Oferta de ações continuadas de caráter complementar à proteção às famílias, devendo prever atividades conjuntas com crianças e familiares, de forma a fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de risco social. Contribui no cuidado das crianças pequenas e crianças com deficiência trabalhando suas potencialidades e prevenindo situações de risco como negligência, abandono, violência doméstica e trabalho infantil, sen do um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF. 2.3 Serviço de Convivência para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos Oferta de atividades continuadas com foco na constituição de espaço de convivência, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para resignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. 2.4 Serviço de Convivência para adolescentes e jovens de 15 a 17 Oferta de atividades de convivência complementar a proteção social básica à família, que tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. 2.5 Serviço de Convivência para idosos Oferta de atividades continuadas com foco no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas Oferta de atendimento às pessoas com deficiência ou idosas objetivando prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais desses usuários. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. 27 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS) O PAEFI é um servico socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo CREAS. Oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social. 2.8 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Ofertado nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua este serviço dedica-se a atender pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de relações sociais e habilidades pessoais, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida 2.9 Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias O serviço tem a finalidade de potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa com deficiência e pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação dos serviços especializados a pessoas em situação de dependência que necessitem de cuidados permanentes ou temporários.

Ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pelo juiz da Infância e da Juventude. O serviço tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços



BL	LOCO 09		SER	VIÇOS	(Continua)						
2.11		Serviço d		na continu	ada e programada					ocial de abordagem e busca ativa que identifique situação de rua, dentre outras.	
2.12					al para crianças e						
	Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados às crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.										
2.13		Serviço	de Acolhimento	Institucio	nal para Idosos						
		Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a idosos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.									
2.14		Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua									
		Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a pessoas em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.									
2.15					nal para jovens e a tes tipos de equipa				ltos cor	m deficiência, maiores de 18 anos, em situação de	
					rompidos ou fragil						
2.16		Serviço	de Acolhimento	Institucio	nal para mulheres	vítimas de vi	iolência	ı			
	Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a mulheres em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.										
2.17		Serviço	de Acolhimento	em Repú	olicas para Jovens	(maiores de	e 18 and	os)			
										abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e sodia e autossustento.	
2.18		Serviço (le Acolhimento	Institucion	ıal para adultos er	n processo d	le saída	a das ruas			
		Oferta de	acolhimento e	em diferent		mentos, des			n proces	sso de saída das ruas com vínculos familiares rom-	
2.19		Oferta d	e proteção, apo	oio e mora	íblicas para Idoso dia a grupos de id agilizados e sem c	osos em situa				dade e risco pessoal e social, com vínculos familia-	
2.20					o em Família Aco	·	- 1			em residência de famílias cadastradas. É previsto	
		até que s seleciona	eja possível o ar, capacitar, ca	retorno à f idastrar e	amília de origem o	ou, na sua im mílias acolhe	possibi doras.	ilidade, o encam O acompanham	ninhame	ento para adoção. O serviço é o responsável por a equipe deve abranger a criança e/ou adolescente	
3 - E	xiste	procedir	nento de transi	ção destes	s serviços para o r	nunicípio?					
	Prev	visão de d	ue o(s) serviço	o(s) presta	do(s) diretamente	pelo estado :	seja(m)) transferido(s) p	ara a e	xecução pelo município.	
		1 S	m, para todos	2	Sim, para alg	juns	3	Não			
4 - 0) est	ado reali	za concessão o	le benefíci	os eventuais?						
			1 Sim	2 N	ão (passe para o	Bloco 10)					
	dada Os b tame	ãos e às f enefícios ente com	amílias em virti eventuais estã os serviços soc	ude de mo lo previsto cioassister	rte, nascimento, c s no art. 22 da Lei	alamidade pu nº 8.742, de n organicam	ública e : 7 de de	e situações de vu lezembro de 199	ulnerabi 93, a Le	plementar e provisório e são prestados aos ci- ilidade temporária. ei Orgânica de Assistência Social (Loas). Jun- Único de Assistência Social (Suas) com funda-	



BLOCO 09		SERVIÇOS E BENEFÍC	IOS (Conclusão)						
5 - Os benefícios eventuais foram regulamentados no estado por meio de qual instrumento legal? 1 Lei 2 Decreto 3 Portaria 4 Outro 5 Não há regulamentação por instrumento legal									
6 - Quais benefícios eventuais são concedidos? (admite múltipla marcação) 6.1 Auxílio funeral 6.2 Auxílio natalidade 6.3 Benefício eventual para situação de calamidade pública 6.4 Outros									
7 - Há registros formais dos benefícios eventuais? 1 Registro das demandas 2 Registro das concessões 3 Registro das demandas e concessões 4 Não há registro									
BLOCO 10		GESTÃO FINANCEIRA	(Continua)						
1 - O estado poss	sui Fundo Estadual de Assistência Social? 1	Sim, implantado 2	Não (passe para o quesito 8)						
	dual de Assistência Social tem CNPJ próprio? no matriz 2 S	Sim, como filial							
aquele direta	Por FEAS cadastrado "como matriz" entende-se aquele diretamente registrado no CNPJ. O FEAS cadastrado "como filial" é aquele cujo registro principal está em nome do órgão gestor da assistência social e só, acessoriamente, em nome próprio, refletindo, pois, a vinculação deste àquele.								
3 Não									
	da Assistência Social é executado pelo Fundo Esta n, totalmente 2 Sim, parcialmente	adual de Assistência Social? 3 Não	4 - O Fundo Estadual é uma unidade orçamentária? 1 Sim 2 Não						
5 - O gestor do Fundo Estadual de Assistência Social apresenta o relatório de execução dos serviços socioassistenciais ao Conselho Estadual de Assistência Social: 1 Mensalmente 2 Bimestralmente 3 Semestralmente 4 Anualmente 5 Não apresenta 6 Não possui Conselho									
6 - O ordenador o	de despesa do Fundo Estadual de Assistência Soc	cial é:							
1 Governa	ador 2 Secretário de assistência social	3 Técnico da assistência	social 4 Secretário ou técnico de outra área						
	também executam o orçamento da assistência so Estadual da Criança e do Adolescente 7.2		(ão)(3) Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência						
7.4 Outro =	→ 7.4.1 Quais?								
7.5 Nenhum	n outro fundo								
	social participa do planejamento do Plano Plurianuais representantes? (admite múltipla marcação)	ual (PPA), da Lei de Diretrizes o	rçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA)						
8.1 Secretár	rio de assistência social, ou congênere 8.2	Coordenador da assistência so	cial 8.3 Conselho Estadual de Assistência Social						
8.4 Populaç	ão através de audiência pública 8.5	Representantes de entidades e	instituições conveniadas 8.6 Não participa						
9 - O estado reali	iza cofinanciamento aos municípios: (admite dupla	a marcação)							
9.1 Fundo	o a fundo 9.1.1 - Valor repassado aos mu	nicípios no ano de 2011 :R\$							
9.2 Por co	onvênio 9.2.1 - Valor repassado aos mu	nicípios no ano de 2011 :R\$							
9.3 Não re	ealiza cofinanciamento (passe para o quesito 17)							



BLOCO 10			GESTÃO F	GESTÃO FINANCEIRA		(Continua)			
10 - O cofinanciamento realizado é destinado a: (admite múltipla marcação)									
Serviços		Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo a fundo		Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual por convênio		Total de municípios			
	ço de proteção básica	10.	1.1	10	.1.2	10.1.3			
	ço de proteção social cial de média comple- e	10.2	2.1	10	.2.2	12.2.3			
	ço de proteção social cial de alta complexi-	10.3	3.1	10	.3.2	10.3.3			
Total de m	unicípios	10.4	4.1	10	.4.2	10.4.3			
11 - Quais instrumentos normativos regulam os critérios e modalidades do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais? (admite múltipla marcação)									
11.1 Le	11.1 Lei Estadual 11.2 Decreto Estadual 11.3 Portaria Estadual								
11.4 Re	Resolução do CEAS 11.5 Resolução d			11.6 Não há regulamentação específica					
12 - O cofinanciamento realizado é destinado a: (admite múltipla marcação)									
Benefícios eventuais c			Quantidade de municípi cofinanciamento estadu a fundo						
Benefício eventual concedido em situação de vulnerabilidade temporária			12.1.1		12.1.2	12.1.3			
12.2 Benefício eventual concedido em situação de calamidade pública			12.2.1		12.2.2	12.2.3			
Total de municípios			12.3.1		12.3.2	12.3.3			
12.5 Não realiza cofinanciamento de benefícios eventuais (passe para o quesito 17)									
13 - Quais instrumentos normativos regulam os critérios e modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais? (admite múltipla marcação)									
13.1 Lei Estadual 13.2 Decreto Estadual 13.3 Portaria Estadual				I					
13.4 Re	13.4 Resolução do CEAS 13.5 Resolução da CIB 13.6 Não há regulamentação específica								
14 - Há previsão no orçamento anual do estado para cofinanciamento dos benefícios eventuais? 1 Sim 2 Não									
15 - Onde estão alocados os recursos financeiros para cofinanciar os benefícios eventuais? (admite múltipla marcação)									
15.1 Fundo Estadual de Assistência Social 15.2 Fundo Estadual de Educação									
15.3 Fundo Estadual de Saúde 15.4 Outros									
16 - Quais itens são cofinanciados com esses recursos? (admite múltipla marcação)									
16.1 Auxílio	natalidade	16.2	Auxílio funeral		16.3 Fotos /Seg	gunda via de documentos			
16.4 Agasalho/vestuário/cobertores/móveis/colchões/utensílios domésticos 16.5 Pagamento de taxas/ contas de água/ energia elétrica e gás									
16.6 Geração de emprego e renda 16.7 Aparelhos ortopédicos/ órteses/ próteses/ óculos/ dentadura									
16.8 Medica	amentos	16.9	Pagamento de exames	médicos	16.10 Transporte	de doentes			
16.11 Auxílio	alimentação	16.12	Cesta básica		16.13 Leite em p	ó/dietas especiais			
16.14 Auxílio	construção	16.15	Pagamento de aluguel		16.16 Passagen	s 16.17 Outros			



BLOCO 10		GESTÃO FINANCEIRA	(Conclusão)					
17 - O estado cofinanciou, nos anos de 2010 e 2011, a reforma, ampliação ou construção de equipamentos socioassistenciais? (admite múltipla marcação)								
Equipamo		Quantidade de municípios benefi- ciados com o cofinanciamento						
17.1	Centro de Referência de Assistência Social – CR	17.1.1						
17.2	Centro Especializado Referência de Assistência S	17.2.1						
	Centro Especializado Referência de Assistência S CREAS POP	17.3.1						
17.4	Casa lar	17.4.1						
17.5	Casas de passagem	17.5.1						
17.6	Residência inclusiva	17.6.1						
17.7	Abrigo institucional – Instituição de longa perman	17.7.1						
17.8	Centro de Convivência (para criança, adolescente	17.8.1						
17.9	Outros		17.9.1					
17.10	O estado não cofinanciou a reforma, ampliação o	u construção de nenhum equipamento						
OBSERVAÇÕES								
I								